

## Quilombos em Macaé no século XIX

**Márcia Sueli Amantino**

Doutora em História Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, Professora do Programa de Pós-Graduação da Universidade Salgado de Oliveira – UNIVERSO/ Niterói  
E-mail: marciaamantino@terra.com.br

**Resumo.** O trabalho analisa quilombos na região de Macaé, província do Rio de Janeiro, durante o século XIX. Além de obras de referência e de memorialistas, o artigo se baseia em fontes primárias produzidas por diferentes atores sociais de época, sobretudo registros policiais e autos de perguntas de processos-crime. Nota-se a existência endêmica e ameaçadora de quilombos na área estudada, dentre os quais o liderado por Carucango, um dos mais expressivos. Por outro lado, constata-se a possibilidade de negociação de quilombolas com a sociedade escravista e que, em termos materiais, nem sempre a vida em quilombos era mais satisfatória que a de determinados cativos.

**Palavras - chave:** Escravidão. Quilombos. Brasil Colônia.

**Abstract.** The work analyzes *quilombos* in the municipal districts of Macaé, province of Rio de Janeiro, during the 19<sup>th</sup> century. Besides reference books and of *memorialistas*, the article bases on primary sources produced by different social actors of time, above all registrations policemen and process-crime questions. It is noticed the endemic and threatening existence of *quilombos* in the studied area, among which led it by *Carucango*, one of the most expressive. On the other hand, the possibility of *quilombolas* negotiation is verified with the slave society and that, in material terms, not always the life in *quilombos* was more satisfactory than the one certain captivities.

**Keywords:** Slavery. Quilombos. Brazil Colonial.

Macaé situa-se em encantadora posição, à embocadura do rio do mesmo nome e é dividida por esse rio em duas partes desiguais. A que fica à margem direita é a maior; entretanto, não se compõe de mais de sessenta ou oitenta casas, pequenas, baixas, separadas umas das outras, por assim dizer, esparsas, na maioria coberta de colmos. Desse mesmo lado do rio, em uma grande praça ainda em formação, ergueram o marco da justiça destinado a tornar conhecida a classificação da cidade na ordem judiciária e administrativa. Ainda sobre a margem direita do Macaé foi a igreja construída, ao alto de um pequeno morro, a pouca distância das casas, assemelhando-se de longe a um pequeno castelo (SAINT-HILAIRE, 1974, p. 183).

Quando em 1817, Saint Hilaire passou por Macaé, havia poucos anos que o local tinha sido erigido em vila. A criação da vila ocorreu em 1813 e no ano seguinte a Câmara iniciou seus trabalhos de ordenamento urbano e social. Assim, o que o naturalista viu ao passar pela região foi o início de um processo de consolidação espacial e de poder comandado pela elite local. Segundo seus relatos, naqueles anos iniciais do século XIX, a principal atividade econômica da vila era o comércio de madeiras. Tanto os ricos como os médios e pequenos proprietários de terras e homens se dedicaram a esta exploração. Entretanto, o naturalista também identificou que havia outros produtos na região. Referia-se ele aos vinte engenhos de açúcar que existiam entre o sítio do Paulista e o porto de São João da Barra. Além destes engenhos, alguns fazendeiros estavam também iniciando o cultivo de café. Outros, ainda, plantavam milho, algodão, arroz e mandioca (SAINT-HILAIRE, 1974).

Em todas estas atividades, bem como nos serviços urbanos e domésticos, a mão-de-obra cativa era essencial. Todavia, para manter o controle sobre este elevado contingente era preciso ordená-lo. Para isto, a Câmara, em 1814, criou o cargo de Capitão do Mato para tentar coibir o número de escravos fugitivos que viviam pelos matos da região (ARQUIVO NACIONAL (Brasil), 1814-1828, Livro da Câmara Municipal de Macaé). Em 1820, ao definir as posturas da cidade, os camaristas aproveitaram para

tentar sanar alguns dos problemas vivenciados pela população com respeito aos cativos (ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 1814-1828, Livro da Câmara Municipal de Macaé). Pelas posturas, ninguém poderia comprar produtos oferecidos por escravos ou por pessoas suspeitas de o serem. Se os compradores fossem cativos, receberiam 200 açoites em praça pública; se forros, 30 dias de cadeia. Além disto, “pessoa alguma de qualquer qualidade ou condição que seja... poderá ocultar escravos fugidos”. No prazo máximo de três dias teria que entregá-lo ao seu senhor ou às autoridades. Caso contrário, pagaria seis mil réis de condenação e mais os jornais em dobro pelos dias que tiver ficado com a propriedade alheia. Se quem lhe desse asilo fosse um escravo, receberia 200 açoites e o senhor ainda teria que pagar ao açoitador a quantia de 640 réis pelo serviço prestado.

Para períodos posteriores, através das informações remetidas ao Presidente de Província pelo administrador da Mesa de Renda do Município, em 21 de novembro de 1877, sabe-se que Macaé possuía um total de 11.599 escravos matriculados desde o ano de 1872 até o de 1876 (ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 1877, Mesa de Renda do Município de Macaé)<sup>1</sup>. Destes, 6.004 eram homens e 5.595 eram mulheres. Retirando os que morreram, os alforriados, os que mudaram de município e incorporando os que entraram na região, o total de escravos de Macaé era da ordem de 10.762 cativos no ano de 1876, ano final da análise feita pelo administrador.

Estas informações fornecidas permitem também a percepção do padrão sexual dos escravos de Macaé ao longo destes cinco anos.

**Quadro 1** – Padrão sexual dos escravos de Macaé entre os anos de 1872 a 1876.

Sexo	1872		1873		1874		1875		1876	
	#	%	#	%	#	%	#	%	#	%
Masculino	5.443	50.3	5.834	51.9	5729	51.8	5.617	51.9	5598	52.0
Feminino	5.389	49.7	5.396	48.1	5323	48.2	5.206	48.1	5164	48.0
Total	10.832	100,0	11.230	100,0	11052	100,0	10.823	100,0	10762	100,0

**Fonte:** ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. Mesa de Renda do Município de Macaé - 21 de novembro de 1877.

Pelos dados acima, nota-se que havia um equilíbrio sexual entre os cativos de Macaé, já que os homens superavam as mulheres em números modestos. Uma explicação possível é o fim do tráfico Atlântico, em 1850, que trazia sobretudo cativos do sexo masculino. Ou seja, depois de mais de 20 anos do fim da entrada contínua e massiva de cativos africanos, sobretudo homens, houve uma tendência ao equilíbrio sexual, ainda que se desconheça a estrutura sexual da população cativa no município antes de 1850, que, como alhures, também devia ter mais homens que mulheres.

Como não poderia deixar de ser, e também de modo similar a outras searas, a região de Macaé, repleta de escravos, conviveu durante todo o século XIX com inúmeros quilombos e quilombolas. Ainda que o quilombo se caracterize por ser uma comunidade formada basicamente por escravos fugidos, não é possível afirmar que estes tivessem objetivos de abalar o sistema escravista e muito menos de acabar com ele. É, na realidade, uma alternativa de vida dentro de uma estrutura escravista que podia, inclusive, permanecer no tempo, caso não fossem descobertos. Os quilombos poderiam ser formados por centenas de pessoas, ou por apenas três ou quatro indivíduos. Normalmente surgiam em momentos de desacordos nas relações cotidianas entre escravos e senhores e seus capatazes, ou em épocas de crise política aguda, em função de uma desorganização maior.

Ainda que fossem formados basicamente por escravos fugidos, tal não significa que outros grupos da população também não recorressem a eles quando sentissem necessidade de proteção e esconderijo. A população do quilombo poderia ser composta por índios, índias (raptadas ou não), caburés, pardos e brancos, havendo uma grande miscigenação, originando uma população mestiça que comportava traços culturais de várias etnias (GUILMARÃES, 1992; GOMES, 2006; VOLPATO, 1993).

As fontes têm indicado um determinado caminho no tocante à estrutura populacional dos quilombos. Tudo leva a crer que, em quilombos menores, a população seria predominantemente de escravos fugidos. Já nos maiores haveria a presença de elementos étnicos diferentes. Esta diferenciação poderia ser explicada, relacionando-a às condições econômicas do grupo. Somente um grupo estável, com organização social, política e econômica forte, poderia permitir outros elementos em seu interior (AMANTINO, 2003).

Esta estrutura não era estranha à sociedade escravista. Ela existiu sempre em qualquer região ou período. Contudo, como era um elemento a mais no panorama da região, precisava adequar suas características internas às condições impostas externamente. Ou melhor, a estrutura de um quilombo relacionava-se diretamente com as especificações da área na qual ele se inseria. É necessário relacionar a geografia com as condições econômicas e humanas. Assim, em áreas rurais do Norte da Província do Rio de Janeiro, por exemplo, haveria uma configuração baseada na economia de exportação, com um grande número de mão-de-obra escrava; enquanto nas áreas do Recôncavo da Guanabara haveria uma produção voltada para o abastecimento interno da Província. Cada uma dessas grandes áreas geográficas e econômicas teve seus quilombos com características próprias, assumindo condições que visavam à sua manutenção física e à possibilidade de se relacionar amplamente com a população das imediações (GOMES, 2006).

Tal relacionamento, contudo, entrava em choque sempre que o

quilombo se tornava perigoso para a população ou quando constituía um empecilho ao aumento da fronteira agrícola. As florestas, os índios e os quilombolas eram problemáticos à expansão da fronteira, porque quase sempre eram considerados hostis à população. Logo, o seu extermínio tornava-se condição essencial para a possibilidade do estabelecimento de novas áreas cultiváveis. Os quilombolas, ao penetrarem nas matas e criarem as condições propícias ao desenvolvimento da agricultura, desencadeavam a cobiça em novas terras que, graças a eles, tornavam-se aptas à exploração. E então, os fazendeiros passavam a ter interesses cada vez maiores no extermínio do quilombo e, para isso, lançavam mão dos mais variados mecanismos para auxiliar as autoridades locais: colocavam seus escravos à disposição dos chefes das tropas; forneciam alimentos e estadias; participavam dos grupos de perseguição, havendo casos, inclusive, de fazendeiros que utilizaram espiões colocando-os no interior dos quilombos com o objetivo de conhecer suas fraquezas e o melhor meio para serem atacados (AMANTINO, 2001).

Onde quer que houvesse escravos, havia quilombos, e Macaé não fugiu à regra. Um de seus mais famosos foi o de Carucango. Todavia, tudo o que se sabe sobre ele foi relatado por Antão de Vasconcelos, cujo avô teria participado da expedição que acabou com o refúgio dos escravos (VASCONCELOS, 1911; SILVA, 1907). A partir de seu relato, outros historiadores e cronistas alimentaram a história deste quilombola. Todavia, com exceção de um único registro de óbito de dois escravos do padre João Bernardo da Costa Resende, localizado no livro de óbitos da Freguesia de Nossa Senhora das Neves e Santa Rita no ano de 1831, relatando a morte deles em um quilombo, nada mais foi localizado até agora sobre esta estrutura. Pelo relato do padre ao registrar os óbitos, parece tratar-se do mesmo quilombo. Entretanto, outros documentos precisam ser localizados para a comprovação. Assim, o que será feito agora é uma tentativa de analisar os relatos de Antão de Vasconcelos e de Alberto Lamego a partir do que se conhece sobre a população cativa da região, suas

características, e sobre os quilombos.

Carucango seria um escravo proveniente de Moçambique<sup>2</sup>. Fugira de seu senhor, o português Antonio Pinto em uma noite, formando, juntamente com outros escravos da localidade, um quilombo numeroso. Na fuga, roubaram o que puderam da fazenda, principalmente ferramentas e alimentos. A área de atuação dos quilombolas era a divisa de Macaé com os atuais municípios de Trajano de Moraes e Conceição de Macacu. Provavelmente, o quilombo ficava estabelecido na Serra do Deitado, no distrito de Crubixais.

De acordo com Vasconcelos, os escravos da região acreditavam que Carucango “passava por feiticeiro, por falar com o diabo à meia noite, e o seu isolamento sempre só e separado dos outros, mais afirmava tais conceitos”. O negro era baixo, atarracado e meio corcunda e coxeava de uma perna. Além disso, era considerado perverso. Para Vasconcelos, a “pervercidade desse negro era conhecida, razão porque não só os escravos da fazenda, como os das adjacentes o temiam” (VASCONCELOS, 1911, p. 48).

Junto com um grupo crescente de fugitivos, Carucango percorria à noite as fazendas da região insuflando os escravos a se evadirem também. Numa destas incursões, ao invadir a fazenda de seu ex-senhor, o matou. Depois, tentou assassinar um outro fazendeiro, Chico Pinto, irmão do assassinado, que vivia há muitos anos com uma mulata de nome Josepha. Ao ter sua casa atacada pelo grupo, Chico Pinto conseguiu dar um tiro no braço de Carucango, mas por via das dúvidas, resolveu, no dia seguinte, deixar a casa de tapera e buscar proteção na cidade.

O medo do crescente poder de Carucango determinou que as autoridades proporcionassem condições ao coronel Antão de Vasconcelos, que era chefe do Distrito Militar da Capitania do Espírito Santo, para organizar uma expedição contra o quilombo. Esta expedição contava não só com soldados, mas também com grande número de moradores da região, inclusive, da família do senhor assassinado.

O grupo conseguiu prender um negro que fazia parte do

bando de Carucango e, por meio dele, localizou o quilombo. É Lamego (1958) quem o descreve:

Um chapadão a perder de vista era a sede do Quilombo e se achava coberto, em grande parte, de muitas roças de milho, feijão e outros cultivos. Tudo oculto pela mata virgem circundante. No centro havia uma casa apoiada nos fundos por três grandes pedras. Como se sabia que no Quilombo existiam cerca de duzentos escravos foragidos, não era possível a tão pequena habitação abrigar tanta gente. Havia certamente algum mistério a ser desvendado (p. 56).

Depois da troca de tiros, o grosso da população quilombola teria surgido do interior da casa, da floresta e de trás das pedras. Mas mesmo assim, as tropas teriam conseguido dizimar a maioria. Uns poucos fugiram e o restante teria ficado em poder dos soldados.

Carucango estava liderando o grupo que se entregara à polícia. Saiu "vestido com hábito sacerdotal, trazendo ao peito um rico crucifixo de ouro, ante o qual todos se descobriram e abaixaram as armas" (VASCONCELOS, 1911, p. 58). Chegando à frente do filho do seu ex-senhor, assassinado por ele próprio, retirou do interior do hábito uma pistola e desferiu-lhe dois tiros mortais. Logo, a população que ali estava e as autoridades mataram-no com golpes de foice, cortaram sua cabeça, colocando-a a beira da estrada para que servisse de exemplo aos demais escravos da região (VASCONCELOS, 1911).

Esta história permite algumas reflexões sobre a maneira como os escravos encaravam a escravidão, assim como a seus senhores e as autoridades. A idéia de banditismo, que sempre estava presente quando o assunto principal das conversas era o escravo que havia conseguido burlar o cativo e esconder-se em quilombos, variava conforme o ponto de vista do observador. Por um lado, Carucango seria um líder respeitado e temido por todos os negros da região; por outro, era considerado um bandido comum pelas autoridades e pelos senhores.

Parte dos escravos tinha no como vingador e semeador da

justiça. Sua liderança aumentava ainda mais pelo fato de que, além do poder de ataque, ele possuiria também poderes espirituais mediante a crença de que se tratava de um feiticeiro poderoso.

De acordo com Vasconcelos, no momento de sua captura pelas autoridades, ou seja, quando percebeu que nada mais podia fazer contra as forças policiais que ali estavam, Carucango, que se passava por feiticeiro africano, apareceu paramentado com os símbolos católicos - o hábito sacerdotal e o crucifixo. Seguindo o relato, Vasconcelos afirma que, ao vê-lo com as vestes sagradas, todos os que apontavam armas para o quilombola, abaixaram-nas em sinal de respeito. Neste momento, Carucango desferiu o golpe que acabou por matar um membro desta mesma localidade.

A sociedade reagiu da maneira que, segundo a época, seria o melhor meio de evitar as rebeliões escravas: cortou-lhe a cabeça e colocou-a pendurada em um poste público à beira da estrada a fim de que fosse vista por todos da região. A visibilidade do poder era algo essencial na colônia e no império, pois a manutenção e o controle da escravaria constituíam condição para a sua existência. E a maneira de melhor controlar esses escravos seria inculcando-lhes o medo através deste tipo de ato de caráter cênico (LARA, 1988)<sup>3</sup>.

Pode-se perceber que Carucango não é um simples bandido. Ele é um líder respeitado porque proclama uma justiça para seus companheiros mediante a fuga. Esta é encarada pelos escravos que o seguem como um mecanismo para a liberdade que Carucango afirma ser possível. Por isso, os negros das senzalas ajudam-no a fugir todo o tempo de seus perseguidores. Além disso, ele é um líder que os escravos em dificuldades procuravam a fim de resolver seus problemas. Conta-se que Carucango atacou a Chico Pinto porque foi procurado por um escravo desta fazenda que dizia ser constantemente maltratado. Carucango e seus quilombolas invadiram a fazenda e atacaram o senhor. Porém, só conseguiu sair ferido, prometendo voltar depois para liquidar com o assunto.

Além dessas informações de caráter mais geral, a história de

Carucango permite-nos traçar um pouco do cotidiano desta comunidade de fugitivos. De acordo com as informações fornecidas por Antão de Vasconcelos, finda a luta contra os quilombolas, a tropa demoliu a casa que abrigava os negros e, surpresa, constatou que sob a mesma havia um canal subterrâneo que servia de moradia aos aquilombados. Neste canal, todos os encontrados foram mortos, exceto as mulheres, poupadas e entregues aos senhores com o pedido de que não fossem castigadas, pois, segundo depoimentos, haviam sido raptadas de suas fazendas e obrigadas a servir a Carucango.

Esta atitude mais complacente com as mulheres capturadas em quilombos é comum em várias outras regiões e períodos. Normalmente, elas eram consideradas como raptadas pelos quilombolas. Isto significava que seus senhores não perderiam o capital empregado nelas e muito menos sua capacidade de gerar outros cativos (GUIMARÃES, 1992).

De acordo com levantamentos sobre a questão da moradia, este tipo subterrâneo apresentado pelos quilombolas de Carucango é um caso raro, pois, normalmente, os quilombolas, quando construíam casas, faziam-no de acordo com os hábitos da região em que se localizavam. As cabanas, os acampamentos em clareiras ou os abrigos naturais em fendas ou cavernas são as estruturas mais comuns encontradas na documentação sobre quilombos.

Outra informação refere-se à alimentação. Foram encontradas "roças de milho, feijão e outros cultivos" no quilombo. Havia, pois, uma relativa independência da população quilombola no tocante à alimentação, o que era de muita valia para a manutenção de uma comunidade com tal porte.

Esta "independência" dos quilombolas aponta para o fato de que Carucango não queria ficar escondido como os outros líderes (até mesmo os localizados em sua área). Ele poderia, graças à estrutura montada, sobreviver com seu povo. Contudo, parece que Carucango preferia o ataque, preferia mostrar-se e auxiliar a outros escravos. Mas, conforme dito anteriormente, por enquanto, não há

condições de associar a figura de Carucango com algum quilombo historicamente documentado. É necessária a localização de documentos históricos que realmente comprovem esta história.

Além de Carucango, Macaé teve também inúmeros outros quilombolas e quilombos. Em 1805, D. Fernando José de Portugal, Vice-rei do Brasil, escrevia para o Coronel José Caetano de Barcelos Coutinho, alertando-o para o fato de que moradores de Macaé lhe pediram auxílios para acabar com um grande quilombo que existia no “sítio chamado de Lagoa e em outros muitos”. Para lá, fugiam constantemente escravos e promoviam furtos e mortes na região. Ordenava que o Coronel destruísse tais quilombos, prendesse os escravos e procedesse contra “alguns moradores que [tivessem] caído no absurdo de acoitar e não entregar tais escravos quando passam pelas suas fazendas concorrendo desse modo para eles com mais facilidade cometerem tão abomináveis desordens” (ARQUIVO NACIONAL (Brasil), cód. 70, vol. 25. Registro de Correspondência do Vice-Reinado)<sup>4</sup>. Alguns meses depois, foi identificado que a pessoa que auxiliava os fugitivos, avisando-os dos ataques e mantendo “uma criminosa comunicação”, era Manoel Antonio de Abreu (ARQUIVO NACIONAL (Brasil), cód. 70, vol. 25. Registro de Correspondência do Vice-Reinado)<sup>5</sup>.

Em 1810, o Conde de Linhares escreveu uma carta para João Luis Pereira, que era o major Comandante do Distrito de Macaé, afirmando sobre a necessidade de que se destruíssem os esconderijos de negros fugidos. Por causa deles, a população estava passando por dificuldades e vivia sem segurança.

Sendo presente ao Príncipe Regente Nosso Senhor, a existência de muitos quilombos nas Matas desse Distrito, e dos circunvizinhos de modo que os Povos continuam a sofrer as correrias infestas, roubos dos negros ali acoitados, sendo conveniente persegui-los e destruir aqueles asilos de crimes onde eles existam. (ARQUIVO DO EXÉRCITO (Brasil), 1810-1829)<sup>6</sup>.

Todavia, a situação não mudou em função destas ordens.

No ano seguinte, o Conde de Linhares escreveu novamente uma série de ordens reafirmando a mesma solicitação e ordenando que as Companhias dos Matos estivessem prontas para combater os grupos de quilombolas que infestavam a região.

Constando na Real Presença do Príncipe Regente e Nosso Senhor repetidos fatos de devastação e rapina cometidos pelos negros aqui-lombados nas matas desse Distrito, e nos de Macaé, e Cabo Frio, de maneira que muito sofrem os Povos, e não podendo o Sargento Mor Comandante do Distrito de Macaé, talvez por falta de coadjuvação e auxilio, extirpar de uma vez aqueles receptáculos de crimes, e de roubos (ARQUIVO DO EXÉRCITO (Brasil), 1810-1829)<sup>7</sup>.

A situação continuava a mesma ainda na segunda metade do século. Em 1876, Manoel da Cruz Senna, proprietário da Fazenda de Santo Antonio, na Freguesia de Macabu, solicitou ajuda das autoridades locais para acabar com um quilombo situado em suas terras.

O que é certo é que os quilombolas saem amiudamente dos seus esconderijos a fazerem correrias e roubos na Fazenda de Santo Antonio, donde tem já arrebatado cavalos de cela, bestas de carga, cavalos e outros animais e levam a ousadia ao ponto de em pleno dia dispararem as espingardas no pasto da dita fazenda, como em provocação e ameaça ao suplicante (ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, SPP 165/32, maço 10, pasta 3)<sup>8</sup>.

O caso deste quilombo é um exemplo de como podiam ser estruturadas as relações dos quilombolas com o ex-senhor. De acordo com as declarações de Manuel da Cruz Senna, este quilombo se formou durante pelo menos cinco anos com escravos fugidos de sua fazenda. A cada momento fugiam outros e, por último, motivados pelo sucesso dos quilombolas em se manterem, até os “pajens e o principal de plena confiança”, resolveram fugir também. Todavia, segundo seus relatos, em momento algum estes fugitivos saíram da propriedade, ou seja, o quilombo foi formado dentro da área da fazenda e vivia de ataques e roubos às criações e plantações da mesma.

Arrombavam os paiós de café, roubavam o gado e outras criações e também aos “melhores animais de cela”. Em virtude do fato deles não terem abandonado as terras em que viviam, conseguiram se livrar do trabalho e do controle, mas mantiveram suas relações afetivas e o contato com seus parceiros. Salienta, em sua queixa crime, que havia pessoas que davam apoio aos quilombolas.

Sobre o apoio recebido pelos fugitivos, Senna é cauteloso. Afirma que não nomearia as pessoas envolvidas para “não se arriscar a juízos temerários, embora haja nisto toda a verossimilhança, pois os quilombolas não poderiam andar armados de espingardas, como sucede, se alguém lhe as não fornecesse” (ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 1876, SPP 165/32, maço 10, pasta 3)<sup>9</sup>. Em um ofício para o chefe de polícia do Rio de Janeiro, o delegado de polícia de Macaé foi um pouco mais categórico. Para ele, “as pessoas que dão couro aos escravos são lavradores e fazendeiros importantes da localidade, pelas suas fortunas” (ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 1876, SPP 165/32, maço 10, pasta 3)<sup>10</sup>. Logo, os quilombos não eram autônomos economicamente.

O fazendeiro pediu proteção de sua vida e da sua propriedade ao delegado, pois não havia conseguido destruir o quilombo em diversas tentativas. Segundo ele, a ousadia dos negros era tanta que dispararam tiros dentro do próprio pasto da fazenda e o ameaçaram de morte por diversas vezes. O senhor, utilizando-se de um discurso corriqueiro à época e, é claro, de grande destreza política, lembrou ao delegado que o perigo não era só seu e de sua propriedade. A ordem e a segurança pública estavam ameaçadas pelos escravos aquilombados, já que a tendência do quilombo era crescer não só em número, mas também em audácia. Segundo ele,

convencido da ineficácia dos meios de ação a seu alcance, resolveu [...] invocar a intervenção da autoridade policial, a quem por Lei compete a destruição dos quilombos, afim de por cobro a esse estado de cousas, que não só faz perigar a

segurança pessoal e propriedade do suplicante, mas ainda a própria ordem e segurança pública que poderá vir a ser seriamente perturbada (ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, SPP 165/32, maço 10, pasta 3)<sup>11</sup>.

Só que a ordem pública já estava perturbada, tendo em vista que para o suplicante haveria pessoas (abolicionistas?) auxiliando os escravos fugidos e dando-lhes armas. Este detalhe de que os acoitadores eram pessoas de posse determinou que a repressão ao quilombo fosse bem diferente do usual. O delegado, não querendo indispor-se com nenhum fazendeiro da região, mesmo porque também o era, resolveu colocar em prática uma atitude, segundo ele, excepcional. Enviou ao quilombo uma pessoa de confiança dos negros afirmando-lhes que caso se entregassem pacificamente às autoridades, ele, o delegado, garantiria suas vidas e os apadriharia junto ao senhor, evitando assim punições. Em seu relatório final para o Chefe de Polícia do Rio de Janeiro, ele afirma:

Praz me relatar essas minudencias, talvez pela exceção do fato, uma vez que não me constou outro idêntico, isto é, desfazer-se um quilombo em tais condições, de um modo tão sumário e proveitoso, e n'este município de tanta escravatura! (ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, SPP 165/32, maço 10, pasta 3)<sup>12</sup>.

Realmente, o fato era tão diferente que algumas pessoas, interessadas na questão, começaram a afirmar para o senhor Senna que a polícia estava agindo para não aceitar o seu direito de posse. Afirmavam que o delegado queria na realidade intrometer-se em seus direitos legais. Em uma conversa com o delegado, Senna expôs seus receios e mudou de opinião com relação aos escravos dizendo que o mesmo não poderia intervir por eles. Porém, o delegado, após a terceira entrevista com o suplicante, diz que este mudou novamente de idéia e resolveu aceitar a ajuda oferecida. Além disto, o fazendeiro foi mais longe ao afirmar para o delegado que “conse-

guindo apossar-se novamente de seus escravos não teria dúvida de vendê-los no interesse de sua própria fazenda, e exemplo aos outros escravos da mesma” (ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 1876, SPP 165/32, maço 10, pasta 3)<sup>13</sup>.

A estratégia do delegado deu certo, e à exceção de apenas quatro escravos, todos se entregaram à polícia e cada grupo ou escravo que chegava dizia ao delegado que havia fugido por causa dos maus tratos recebidos.

Já procurarão esta delegacia quatro escravos do fazendeiro Cruz Senna a pretexto de proteção e tenho certeza que todos os outros os imitarão cessando assim o quilombo...Os escravos fazem revelações bem tristes e desejo saber como efetuar a entrega com garantia para eles que confiados na autoridade da Polícia assim procedem e com razão com tal senhor (ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 1876, SPP 165/32, maço 10, pasta 3)<sup>14</sup>.

Os últimos quatro escravos que estavam sumidos acabam aparecendo em Capivari e, de maneira bastante confusa, formaram um outro quilombo. Depois, se entregaram.

Através do auto de perguntas feito ao escravo Fiel (um dos quatro que se entregou ao delegado de Macaé, por último), descobriu-se que eles não seguiram os seus companheiros na rendição à Polícia porque estavam ausentes do quilombo. Quando descobriram o fato, ficaram com medo e resolveram fugir para uma fazenda que seu senhor possuía em Capivari. Juntamente com outros escravos fugidos, formaram um novo quilombo. Fiel, ao ser questionado pelo delegado se estivera nas matas da Fazenda Conceição, em Capivari, respondeu que :

desanimado de apresentar-se à esta delegacia, foi em companhia de Jorge, Valentim e a parda Júlia; que ali chegando, fizeram um rancho em um capoeirão de quatro anos e que achando-se ali há quase um mês [...] (ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, SPP 165/32, maço 10, pasta 3)<sup>15</sup>.

As autoridades só tomaram conhecimento desses quatro escravos em março porque o administrador da Fazenda Conceição (em Capivari), pertencente ao já conhecido Manuel da Cruz Senna, descobriu que havia nestas terras um quilombo. Ele e outras pessoas, entre elas Antonio Manuel Correia, partiram em busca do mesmo com o objetivo de destruí-lo. Quando chegaram, houve alguns disparos de espingarda e o tal Antonio Correia foi morto. Os demais integrantes do grupo fugiram, abandonando o morto e sua arma no local. Segundo o delegado de Capivari, esta arma foi roubada pelos quilombolas (ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 1876, SPP 165/32, maço 10 pasta 3)<sup>16</sup>.

O delegado foi chamado para buscar o corpo e proceder ao exame de corpo de delito. Neste mesmo dia, os quilombolas passaram a noite dando tiros no local em que estavam escondidos. No dia seguinte, a autoridade ouviu algumas testemunhas e descobriu que parte dos escravos pertencia ao Sr. Manuel da Cruz Senna, de Macaé, e estavam reunidos com outros cativos da região, também fugidos. Os escravos de Manuel da Cruz Senna eram Jorge, Valentim, Fiel e Julia.

No dia 11 de março, a escrava Júlia entregou-se ao delegado confessando que:

achava-se ela amancebada no dito lugar em companhia do pardo Jorge e Manoel Valentim e mais um outro de nome Manoel por apelido Fiel que vierão fugidos da Fazenda de Macaé chegando aqui a um mês mais ou menos e que com os estampidos das espingardas ela evadiu-se do rancho não sabendo para onde caminhava por não ter conhecimento destes lugares (ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 1876, SPP 165/32, maço 10, pasta 3)<sup>17</sup>.

Alguns dias depois, Fiel, Valentim e Jorge entregaram-se ao delegado de Macaé, relatando que no dia da batida ao quilombo em Capivari estavam nas redondezas e que ao escutarem os tiros ficaram apavorados e fugiram para a Freguesia das Neves e Santa Rita e depois, voltaram para a Fazenda de Santo Antonio.

Chegando lá, os outros escravos contaram a eles que os seus companheiros que estavam no quilombo haviam buscado a delegacia após a promessa de proteção e que alguns já haviam sido vendidos a outra pessoa, conseguindo, desta forma, livrarem-se do mau senhor (ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 1876, SPP 165/32, maço 10, pasta 3)<sup>18</sup>.

Sabedores desta notícia, os três resolveram entregar-se ao delegado com o objetivo de também serem vendidos. Estavam envolvidos, porém, em um crime de morte e foram embarcados no vapor que partiu no dia 1 de abril de 1876, rumo à Cadeia Pública do Rio de Janeiro (ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 1876, SPP 165/32, maço 10, pasta 3)<sup>19</sup>.

A situação, entretanto, não estava de todo resolvida. Um grupo de quilombolas, não se sabe se o mesmo ou outro, matou mais um proprietário na região. O Jornal Diário de Campos, no dia 25 de março de 1876, assim relatou o ocorrido:

Estes salteadores tem cometido graves tropelias, saqueando fazendas e viajantes e até praticando assassinato, como se deu por último com Antonio Leocádio, chefe de numerosa família, que ficou ao desamparo, pela sede de sangue d'aqueles celerados, e um outro companheiro que se achava com ele ficou chumbado em uma das mãos (p. 7).

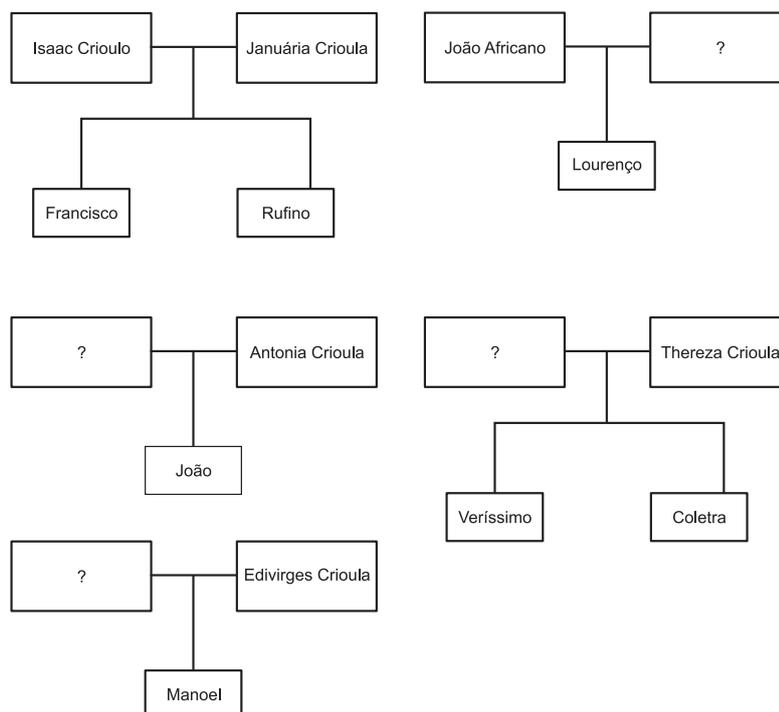
Seja como for, em meados de fevereiro, quando praticamente todos os escravos de Senna já haviam retornado à delegacia, o delegado elaborou uma relação citando o nome, naturalidade, e relações de parentesco entre alguns dos presos. A partir desta listagem pode-se elaborar uma análise sobre a demografia do quilombo.

Dos 39 escravos fugidos, apenas cinco não regressaram de imediato. Portanto, o universo, por enquanto, é de 34 escravos. Destes, 25 eram crioulos e apenas 9 eram africanos. Esses números não surpreendem, posto o quilombo ser datado de 1876. Vários anos se passaram desde o fim oficial do tráfico. Daí o número reduzido de africanos neste contingente.

Com relação ao sexo dos escravos, pode-se observar que há um predomínio de homens sobre as mulheres. Estas perfazem um total de 14, enquanto os homens são em número de 20. Este predomínio vem confirmar dados obtidos de diferentes tipos de fontes sobre o perfil dos fugitivos e, mais do que isso, sugere que os homens jovens tenderiam a fugir mais do que as mulheres. Isto pode ser explicado, dentre outros fatores, pelo fato de que elas estariam mais presas aos filhos, portanto, com maiores dificuldades para locomoção durante a fuga (AMANTINO, 1997).

As redes de parentesco dos quilombolas de Macaé mostram que, num pequeno universo (34 escravos), havia, no mínimo, 13 pessoas que mantinham laços de primeiro grau de parentesco.

**Diagrama 1** – Famílias escravas presentes na lista elaborada pelo Delegado de Macaé em 1876



A partir do diagrama 1, pode-se perceber que a família patrifocal registra o menor índice nesta estrutura parental. Em segundo lugar, há as famílias nucleares, demonstrando a possibilidade de uniões estáveis dentro de um plantel. Todavia, percebe-se o predomínio da família matrifocal neste universo. Das 13 pessoas envolvidas em algum tipo de relação familiar, sete estão ligadas a este tipo de família. O restante desta população, ou seja, 24 pessoas, não possuíam relações de parentesco entre si, ou então o delegado não as registrou. Logo, tais números são variantes mínimas dentre deste universo.

## 1. PALAVRAS FINAIS

Terminada a exposição da aventura dos escravos do Quilombo de Macaé, fica uma série de questões a serem pensadas. Com relação à primeira formação do quilombo, pode-se questionar por que o grupo não procurou ou não quis sair da fazenda. Ou ainda, por que um grupo com condições de usar armas e, portanto, de se defender, como mostrou o senhor às autoridades, entregou-se tão facilmente ao delegado simplesmente por causa de uma promessa que poderia nem ter sido cumprida? A lista da chegada dos escravos, à delegacia, mostra que eles vieram em pequenos grupos e em dias diferentes. Mostra também que dos quatro primeiros que se entregaram, três eram africanos. Há registros na historiografia sobre escravidão, relatos de que havia uma inimizade permanente entre os crioulos e os africanos no interior dos plantéis, evidenciando uma divisão no interior deles (FLORENTINO, 1997). Poderia esta divisão ser percebida nesta listagem, já que os escravos que primeiro recuaram foram os africanos? Tudo indica que sim, o que significaria clivagens no quilombo.

Com relação à segunda formação do Quilombo, outras dúvidas surgem ao analisar a documentação. A primeira seria:

por que os três escravos fugiram novamente em direção à sua antiga fazenda? Ou, por que preferiram entregar-se ao delegado e, portanto, serem vendidos a outro senhor, ao invés de continuarem fugindo? Provavelmente, ao menos no caso analisado, nem sempre as condições materiais no quilombo, dentre outros aspectos, eram mais satisfatórias do que as de certos cativos.

Todas as questões levantadas possuem algo em comum. Todas mostram que o escravo fugido, pelo menos nos casos apresentados, não estava procurando a liberdade apregoada pelos defensores da idéia de que o quilombo seria um reduto de revoltosos e desejosos de liberdade (MOURA, 1987; GOULART, 1972). Os escravos de Senna, ao tomarem conhecimento da possibilidade de serem vendidos para outro senhor, resolveram voltar à condição de cativos. Isto faz-nos pensar novamente que o objetivo desses escravos ao fugirem não passava pela conquista da liberdade individual, mas, na realidade, o que eles buscavam era uma melhor condição de vida, ainda que cativos (CHALHOUB, 1990).

Por fim, pode-se perceber que, em Macaé, assim como em qualquer outra região que teve escravos em números significativos, a presença destes trabalhadores compulsórios marcou a sociedade e fez com que ela buscasse formas diferenciadas de resolver os problemas acarretados pelo sistema escravista, opressor, em sua essência. Macaé não fugiu a esta regra e soube conviver com os seus cativos, de forma pacífica ou não, até o último momento. E sua elite, de forma idêntica ao acontecido com outras, soube tirar o máximo proveito desta mão-de-obra.

A presença de quilombos na região também vem reforçar o que tem apontado as já citadas pesquisas sobre o tema. Eram estruturas alternativas ao sistema e que em determinados contextos, provocavam receios e desencadeavam medidas repressivas das autoridades competentes. Entretanto, em poucos casos tais medidas surtiram efeitos definitivos. Quase sempre os quilombolas conseguiram fugir e se organizar em outros locais. Alguns sequer foram descobertos, inclusive por historiadores.

## NOTAS

- 1 In: ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. Fundo Presidência de Província – notação 006 .
- 2 De acordo com Karasch, o tráfico na região Leste da África incrementou-se a partir de 1815, em função do aumento das pressões inglesas para proibir o tráfico ao Norte do Equador (Tratados comerciais da Inglaterra com Portugal de 1815 e 1817). Em 1812, os portugueses instalaram uma feitoria em Quelimane e os traficantes de Cuba e do Brasil puderam comprar escravos diretamente. Em 1813 eram 8.000, em 1820 subiram para 19.000. Em 1828, 34.500, e em 1829, 30.400. Depois de 1830, os escravos de Moçambique constituíram um dos maiores grupos no Rio de Janeiro (2000, p. 25).
- 3 Ainda que esta fosse uma prática relativamente comum, nem todos gostavam do espetáculo. Em 1790, na cidade do Rio de Janeiro, já havia quem reclamasse às autoridades sobre o hábito de se colocarem partes humanas expostas. Os moradores da Rua dos Ourives, em carta endereçada ao Conde de Resende, reclamavam da “horrenda vista da cabeça e mãos do miserável preto que no dia 20 foi ao suplício” (ARQUIVO NACIONAL (Brasil). **Carta do Conde de Resende ao Ouvidor do crime João M. Guerra de Amorim Ferreira em 23 de outubro de 1790**, cód. 70, v. 14).
- 4 Carta de D. Fernando José de Portugal ao Coronel do Regimento de Milícias, José Caetano de Barcelos Coutinho, em 15 de janeiro de 1805.
- 5 Arquivo Nacional (Brasil). Carta de D. Fernando José de Portugal ao Coronel do Regimento de Infantaria de Milícias da cidade de Cabo Frio, em 1 de abril de 1805.
- 6 Carta do Conde de Linhares para João Luiz Pereira, Major Comandante do Distrito de Macaé, em 12/05/1810.
- 7 Carta do Conde de Linhares para Manoel dos Santos Carvalho, em 02/03/1811 e 24/04/1811.
- 8 Ofício de Manoel da C. Senna ao Chefe de Polícia da Província do Rio de Janeiro, em 20 de janeiro de 1876.
- 9 Petição de Manuel da Cruz Senna ao Delegado de Polícia de Macaé, em 18 de janeiro de 1876.
- 10 Ofício do Delegado de Polícia de Macaé para o Chefe de Polícia da província do Rio de Janeiro, em 19 de janeiro de 1876.
- 11 Queixa crime de Manoel da C. Senna ao delegado de Macaé, em 18 de janeiro de 1876.
- 12 Relatório do Delegado de Polícia de Macaé ao Chefe de Polícia do Rio de Janeiro, em 18 de fevereiro de 1876.
- 13 Ofício do Delegado de Polícia de Macaé ao Chefe de Polícia do Rio de Janeiro, em 12 de fevereiro de 1876.
- 14 Telegrama do Delegado de Polícia de Macaé para o Chefe de Polícia do Rio de Janeiro, em 2 de fevereiro de 1876.
- 15 Auto de perguntas feitas ao preto Fiel, escravo de Manoel da C. Senna, em março de 1876.
- 16 Ofício do Delegado de Polícia de Capivary ao Chefe de Polícia do Rio de Janeiro, em 11 de março de 1876.
- 17 Ofício do delegado de polícia de Capivary ao Chefe de Polícia do Rio de Janeiro, em 11 de março de 1876.
- 18 Auto de perguntas feitas aos pretos: Fiel, Valentim e Jorge, escravos de Manoel C Senna, em 16 e 20 de março de 1876.
- 19 Telegrama do Delegado de Polícia de Macaé para o Chefe de Polícia do Rio de Janeiro, em 1 de abril de 1876.

## REFERÊNCIAS

ALGRANTI, Leila Maria. Criminalidade escrava e controle social no Rio de Janeiro, (1810-1821). **Estudos Econômicos**, [São Paulo], n. especial, p. 45-79, 1988.

AMANTINO, Márcia. **O mundo dos fugitivos**: Rio de Janeiro na segunda metade do século XIX. 1996. Dissertação (Mestrado)–Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1996.

\_\_\_\_\_. **O mundo das feras**: os moradores do Sertão Oeste de Minas Gerais – século XVIII. 2001. Tese (Doutorado)–Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2001.

\_\_\_\_\_. Banditismo social e quilombolas no Rio de Janeiro, século XIX. In: **Cadernos do Laboratório Interdisciplinar de Pesquisa em História Social**. Rio de Janeiro, UFRJ, v.1, n. 1, p. 21-33, 1995.

\_\_\_\_\_. O perfil demográfico do escravo fugitivo. **Estudos Afro-Asiáticos**. Rio de Janeiro, CEAA, v.31, p. 169-188, out.1997.

\_\_\_\_\_. Sobre os quilombos do Sudeste Brasileiro nos séculos XVIII e XIX. In: FLORENTINO, Manolo; MACHADO, Cacilda (Org.). **Ensaio sobre a escravidão I**. Belo Horizonte: UFMG, 2003.

ARQUIVO DO EXÉRCITO (Brasil). **Carta do Conde de Linhares para João Luiz Pereira, Major Comandante do Distrito de Macaé**, em 12/05/1810. Livros diversos (1810-1829).

\_\_\_\_\_. **Carta do Conde de Linhares para Manoel dos Santos Carvalho**, em 02/03/1811 e 24/04/1811. Livros diversos (1810-1829).

ARQUIVO NACIONAL (Brasil). **Livro da Câmara Municipal de Macaé** (1814-1828), Cód. 42.

\_\_\_\_\_. **Carta do Conde de Resende ao ouvidor do crime João M. Guerra de Amorim Ferreira, em 23 de outubro de 1790**. Cód. 70, v. 14.

\_\_\_\_\_. **Registro de correspondência do Vice-Reinado**. Cód. 70, v.25.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. **Mesa de Renda do Município de Macaé** - 21 de novembro de 1877.

\_\_\_\_\_. **Ofício de Manoel da C. Senna ao Chefe de Polícia da Província do Rio de Janeiro**, em 20 de janeiro de 1876. SPP 165/32, maço 10, pasta 3.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. **Queixa crime de Manoel da C. Senna ao delegado de Macaé**, em 18 de janeiro de 1876. SPP 165/32, maço 10, pasta 3.

\_\_\_\_\_. **Relatório do delegado de polícia de Macaé ao chefe de polícia do Rio de Janeiro**. Em 19 de janeiro de 1876. SPP 165/32, maço 10, pasta 3.

\_\_\_\_\_. **Relatório do Delegado de Polícia de Macaé ao Chefe de Polícia do Rio de Janeiro**, em 18 de fevereiro de 1876. SPP 165/32, maço 10, pasta 3.

\_\_\_\_\_. **Ofício do Delegado de Polícia de Macaé ao Chefe de Polícia do Rio de Janeiro**, em 19 de janeiro de 1876. SPP 165/32, maço 10, pasta 3.

\_\_\_\_\_. **Ofício do Delegado de Polícia de Macaé ao Chefe de Polícia do Rio de Janeiro**, em 12 de fevereiro de 1876. SPP 165/32, maço 10, pasta 3.

\_\_\_\_\_. **Telegrama do Delegado de Polícia de Macaé para o Chefe de Polícia do Rio de Janeiro**, em 2 de fevereiro de 1876. SPP 165/32, maço 10, pasta 3.

\_\_\_\_\_. **Auto de perguntas feitas ao preto Fiel, escravo de Manoel da C. Senna**, em março de 1876. SPP 165/32, maço 10, pasta 3.

\_\_\_\_\_. **Ofício do delegado de polícia de Capivary ao Chefe de Polícia do Rio de Janeiro**, em 11 de março de 1876. SPP 165/32, maço 10, pasta 3.

\_\_\_\_\_. **Auto de perguntas feitas aos pretos: Fiel, Valentim e Jorge, escravos de Manoel C. Senna**, em 16 e 20 de março de 1876. SPP 165/32, maço 10, pasta 3.

\_\_\_\_\_. **Telegrama do delegado de polícia de Macaé para o chefe de polícia do Rio de Janeiro**, em 1 de abril de 1876. SPP 165/32, maço 10, pasta 3.

BIBLIOTECA NACIONAL (Brasil). **Jornal Diário de Campos**, 25 de março de 1876. Periódicos.

\_\_\_\_\_. **Relatório do chefe da polícia dr. Luiz de Holanda Cavalcante de Albuquerque ao Presidente de Província do Rio de Janeiro, Conselheiro Francisco Xavier Pinto Lima**. Em outubro de 1876. Periódicos.

CASTRO, Hebe Maria Mattos de. **Das cores do silêncio: os significados da liberdade no sudeste escravista - século XIX**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1995.

CHALHOUB, Sidney. **Visões da liberdade**: uma história das últimas décadas da escravidão na Corte. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CONRAD, Robert. **Os últimos anos da escravatura no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.

FERREIRA, Ana Lucia Nunes. **O município de Macaé**: fortunas agrárias na transição da escravidão para o trabalho livre. 2001. Dissertação (Mestrado)– Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2001.

FLORENTINO, Manolo; GOES, José Roberto. **A paz das senzalas**: famílias escravas e tráfico, Rio de Janeiro, c. 1790-1850. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.

GOMES, Flavio dos S. **História de quilombolas**: Mocambos e comunidades de senzalas no Rio de Janeiro. Século XIX. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

GOULART, João A. **Da fuga ao suicídio**. Aspectos de rebeldia dos escravos no Brasil. Rio de Janeiro: Editora Conquista. 1972.

GUIMARÃES, C. M. **Quilombos**: uma negação da ordem escravista. São Paulo: Ícone, 1992.

HOBBSBAWN, Eric. **Bandidos**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, [19--].

KARASCH, Mary. **A vida dos escravos no Rio de Janeiro (1808-1850)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

LAMEGO, Alberto. Macaé à luz de documentos inéditos. In: **Anuário Geográfico do Estado do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro, n.11, p. 97, 1958,.

LARA, Silvia H. **Campos da violência**. Escravos e senhores na capitania do Rio de Janeiro, 1750/1808. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

MOURA, Clovis. **Os quilombolas e a rebelião negra**. São Paulo: Brasiliense, 1987.

\_\_\_\_\_. **Quilombos**: resistência ao escravismo. Rio de Janeiro: Ática, 1987.

\_\_\_\_\_. **Rebeliões da senzala**. Rio de Janeiro: Editora Conquista, 1972.

OSCAR, João. **Escravidão e engenhos**. Rio de Janeiro: Achiamé Ed., 1985.

REIS, João José; GOMES, Flávio dos Santos. **Liberdade por um fio**: História dos quilombos no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

SAINT-HILAIRE, August de. **Viagem pelo distrito dos diamantes e litoral do Brasil**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1974.

SCHWARTZ, Stuart B. Mocambos, quilombos e Palmares: A resistência escrava no Brasil colonial. **Estudos Econômicos**, São Paulo, v. 17, p. 61-88, 1987. Especial.

SILVA, José Carneiro da. **Memória topográfica e histórica sobre os campos dos Goitacazes com uma notícia breve de suas produções e commercio**. Rio de Janeiro: Typ. Leuzinger, 1907.

VASCONCELOS, ANTÃO. **Evocações**: crimes célebres em Macaé. Rio de Janeiro: B. Aguilla Edt., 1911.

VOLPATO, Luiza R. Ricci. **Cativos do sertão**: vida cotidiana e escravidão em Cuiabá (1850-1888). [S.l.]: Editora Marco Zero: Editora Federal de Mato Grosso, 1993.

**Recebido em: Abril de 2007**

**Aprovado em: Abril de 2007**